



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Oliveira, Fernanda Hamann; Herzog, Regina
Guerra, violência e pulsão de morte: uma articulação não evidente
Psicologia em Estudo, vol. 15, núm. 3, septiembre, 2010, pp. 593-601
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122134017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

GUERRA, VIOLÊNCIA E PULSÃO DE MORTE: UMA ARTICULAÇÃO NÃO EVIDENTE

Fernanda Hamann de Oliveira^{*}
Regina Herzog[#]

RESUMO. O objetivo deste artigo é, por meio uma articulação psicanalítica entre as noções de guerra, violência e pulsão de morte, tecer uma reflexão sobre a guerra e a violência psíquica implicadas nas vivências de guerra. Parte-se do pressuposto de que esta articulação não é tão evidente quanto parece, ideia que se justifica a partir de uma análise de textos freudianos sobre os três temas. Esta trilha conduz à abordagem de temáticas correlatas, tais como o trauma, a compulsão à repetição e as neuroses de guerra, permitindo uma discussão sobre as implicações violentas da guerra para os indivíduos e para a humanidade. Como modalidades radicais de defesa diante de tais implicações violentas são considerados processos psíquicos como a negação e a clivagem, porém existem também soluções defensivas não patológicas, como a possibilidade de perlaboração do trauma ou de sublimação da pulsão de morte em suas expressões sádicas.

Palavras-chave: Guerra; violência; pulsão de morte.

WAR, VIOLENCE AND DEATH DRIVE: NOT AN OBVIOUS ARTICULATION

ABSTRACT. The purpose of this paper is to think about war and the psychic violence involved in experiences of war, by making a psychoanalytic articulation between the notions of war, violence and death drive. It is assumed that this articulation is not as obvious as it seems, an assumption that is justified by an analysis of Freud's works on those three main subjects. This path leads to an approach of correlated topics such as trauma, repetition compulsion, and war neurosis, which allows a discussion about the violent implications of war for the individual and for humanity. Psychic processes such as denial and fragmentation are considered in terms of radical modalities of defense from these violent implications. On the other hand, non-pathological defensive solutions are also presented, such as the possibility of working through the trauma, or the possibility of sublimation of death drive in its sadistic expressions.

Key words: War; violence; death drive.

GUERRA, VIOLENCIA Y PULSIÓN DE MUERTE: UNA ARTICULACIÓN NO EVIDENTE

RESUMEN. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la guerra y la violencia psíquica implicada en las vivencias de guerra, a través de una articulación psicoanalítica entre las nociones de guerra, violencia y pulsión de muerte. Se presupone que esta articulación no es evidente como parece, lo que se justifica a partir de un análisis de textos de Freud sobre los tres temas. Este camino conduce al abordaje de temáticas correlacionadas, como el trauma, la compulsión a la repetición y las neurosis de guerra, lo que permite una discusión sobre las implicaciones violentas de la guerra para el sujeto y para la humanidad. En cuanto modalidades radicales de defensa ante tales implicaciones violentas, se consideran procesos psíquicos como la negación y la fragmentación. Pero se presentan también soluciones defensivas no patológicas, como la posibilidad de perlaboración del trauma o de sublimación de la pulsión de muerte en sus expresiones sádicas.

Palabras-clave: Guerra; violencia; pulsión de muerte.

A história da psicanálise esbarra na história das duas grandes guerras mundiais que tão dolorosamente marcaram a humanidade na primeira metade do século XX.

Declarada a caça aos judeus nos anos 1930, as autoridades nazistas perseguiram a família de Freud, empenhando-se na tarefa de proibir e queimar sua obra. Felizmente seu autor conseguiu se exilar em

^{*} Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ.

[#] Orientadora de doutorado habilitada pelo CNPq, Doutora em Psicologia Clínica. Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Londres, em grande parte, graças ao incondicional apoio da influente princesa da Grécia Marie Bonaparte, que não mediu esforços para evitar que ele tivesse a mesma sorte de muitos amigos e parentes: terminar seus dias em um campo de concentração (Gay, 1989).

Antes disso, não obstante, tendo em vista a Primeira Grande Guerra, Freud (1915/1974) redigiu suas “Reflexões para os tempos de guerra e de morte”. Já nesse momento justificou o interesse da psicanálise pelo tema da guerra, debruçando-se sobre o que ele produziu como fruto de uma aflição mental inquietante, devida a dois fatores principais: a desilusão provocada pela Primeira Grande Guerra naqueles que nutriam a esperança de a civilização se encontrar em um estágio mais elevado do que aquele que mostrou pelas atrocidades daquele embate, e uma modificação, operada pela guerra, da atitude do homem diante da morte.

Pouco tempo mais tarde, o percurso freudiano em suas concepções acerca da morte sofreu uma importante reformulação, tornando o ano de 1920 um novo marco fundamental – antes bibliográfico do que biográfico – na história da psicanálise. Nesse ano Freud lançou luz sobre uma série de fenômenos que até aquele momento escapavam ao escopo de sua reflexão teórica e clínica e cuja obscuridade representava um desafio à concepção do princípio de prazer, por isso exigiam considerações a respeito daquilo que se encontra *além* deste princípio.

Em rigor, a dificuldade de Freud (1920/1976) em abordar estes fenômenos a partir do arcabouço psicanalítico até então disponível constituiu um desafio para o próprio autor. Ele chegou a explicitar, nas primeiras linhas da parte IV de “Além do princípio de prazer”, que “O que se segue é especulação, amiúde especulação forçada, que o leitor tomará em consideração ou porá de lado, de acordo com sua predileção individual”; e acrescentou tratar-se de “uma tentativa de acompanhar uma ideia sistematicamente, só por curiosidade de ver até onde ela levará” (p. 39). Ora, tais palavras parecem dar mostras do espanto de Freud diante da complexificação de suas próprias elaborações, deixando clara a radicalidade desse passo, que tem como resultado a subversão da concepção do princípio de prazer enquanto tendência maior por trás dos processos psíquicos.

Este “além-do-princípio-de-prazer” se expressa sobretudo pela compulsão à repetição, conceito apresentado e ilustrado enquanto articulado aos ditos fenômenos obscuros, desde o torturante retorno de terríveis pesadelos dos neuróticos de guerra ao aparentemente ingênuo brincar de uma criança na

mais tenra idade. A noção de repetição, que já se fazia presente na escrita de Freud (1914/1974) em abordagens clínicas sistemáticas como em “Recordar, repetir e elaborar”, ganhou um novo estatuto ao ser articulada à ideia de compulsão, num conceito de grande operacionalidade para o pensamento psicanalítico subsequente. Por trás de sua roupagem enigmática, a principal força motriz que anima os fenômenos de compulsão à repetição passou a ser compreendida como a pulsão de morte e considerada como um dos polos da segunda teoria pulsional, em tensão constante com Eros: a pulsão de vida. Ao passo que a última seria capaz de impulsionar o sujeito no sentido da construção, ao promover ligações, a primeira, ao contrário, seria capaz de impulsioná-lo no sentido da destrutividade e da “des-ligação”.

Esta nova dualidade veio substituir a primeira teoria pulsional, anterior a 1920, segundo a qual as duas classes de pulsão, opondo-se uma à outra no conflito psíquico, eram definidas como as pulsões sexuais, revestidas da força avassaladora inerente à sexualidade, e as pulsões de autoconservação, dotadas do objetivo de preservar o eu. Esta oposição começou a apresentar inconsistências a partir da publicação de “Sobre o narcisismo: Uma introdução”, em 1914, em que o eu passa a ser marcadamente definido como erotizado. Embora não rompa com a oposição entre pulsão sexual e pulsão do eu, este texto já estabelece, dentro da categoria da pulsão sexual, a distinção entre libido do eu e libido objetual. Mais tarde, com o advento da pulsão de morte, em contraponto à pulsão erótica, Freud se questionou sobre o estatuto da pulsão de autoconservação. Inicialmente classificou-a entre as pulsões de morte, visto que sua função seria “garantir que o organismo seguirá seu próprio caminho para a morte”, afastando “todos os modos possíveis de retornar à existência inorgânica que não sejam os imanentes ao próprio organismo” (Freud, 1920/1976, p. 57). Não obstante, percebeu que a conservação do eu deveria ser situada, antes, ao lado das pulsões de vida, em contraponto à força destrutiva inerente às pulsões de morte.

Uma vez que este aspecto de destrutividade se relaciona intimamente com a noção de agressividade – seja ela direcionada ao outro ou ao próprio sujeito – não surpreende que muitos psicanalistas confirmem à pulsão de morte um papel preponderante na determinação das guerras e outros atos violentos coletivos, o objeto central de interesse do presente artigo; no entanto cabe observar que tal associação não é tão simples quanto parece. Ademais, o recorte que aqui escolhemos exige um olhar duplamente cuidadoso, porque diante dele cabe indagar, ainda, o

que a psicanálise tem a dizer de eventos tradicionalmente atribuídos a fatores históricos, sociais, políticos e/ou econômicos.

Como fio condutor deste texto, cujo propósito é pensar a guerra enquanto o ápice das manifestações coletivas de violência em suas relações com a noção de violência psíquica, decidimos nos apoiar, inicialmente, sobre a carta aberta a Einstein, em que Freud (1932/1974) procura responder a uma pergunta de extrema importância: “Por que a guerra?”.

EM BUSCA DE UM PORQUÊ PARA A GUERRA

Atendendo à proposta da então recém-nascida Liga das Nações, Albert Einstein deveria eleger um interlocutor para dialogar sobre qualquer assunto de relevância internacional. É a Freud que o cientista interpela, na esperança de que a psicanálise possa contribuir para o projeto de proteger a humanidade da maldição da guerra. Freud (1932/1974), contudo, discorre a respeito da dificuldade de se tecer um pensamento psicanalítico acerca do assunto. Na resposta remetida ao físico, confessa sua “incapacidade de lidar com o que parecia ser um problema prático, um assunto para estadistas”, embora tenha aceitado o convite para o diálogo (p. 245).

Nesse momento (após 1920) Freud dispõe de novos elementos - ainda indisponíveis em 1915 - para pensar sobre a guerra e as motivações que levam os homens a engajar-se nela. Em sua resposta faz menção à surpresa, expressada por Einstein “ante o fato de ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra”, e menciona também a hipótese, já levantada pelo físico, de que haveria em atividade nos homens “alguma coisa – uma pulsão de ódio e de destruição – que coopera com os esforços dos mercadores da guerra” (p. 251-2). Freud assevera que, de fato, acredita na existência de uma pulsão dessa natureza e tem se ocupado, nos últimos anos, em estudar suas manifestações.

Anunciando o estatuto determinante da pulsão de morte, nessa passagem ele introduz o conceito como noção que estaria por trás de uma motivação humana para a guerra, e que estaria *além* dos referidos fatores históricos, sociais, políticos ou econômicos – ou, podemos supor, somada a eles.

Primeiramente Freud declara que as pulsões humanas são de apenas dois tipos: pulsões que tendem a preservar e a unir, denominadas eróticas ou sexuais, e pulsões que tendem a destruir e matar, denominadas agressivas ou destrutivas. Ele deixa claro que nenhum dos dois tipos de pulsão é menos essencial do que o

outro e que dificilmente uma pulsão poderá operar de maneira isolada. Dessa forma,

quando os seres humanos são incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se deixarem levar – uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados (...). Entre eles está certamente o desejo da agressão e destruição (p. 253).

Freud prossegue afirmando que a pulsão de morte assume um aspecto destrutivo “quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigida para fora, para objetos”. Não obstante, parte desta mesma energia pulsional permanece atuante dentro do organismo, o que pode ocasionar fenômenos normais ou patológicos (p. 254).

Essa afirmação pressupõe a tensão entre os investimentos narcísicos e objetivos, tal como prevista no texto seminal sobre o narcisismo (Freud, 1914/1974), onde o funcionamento do aparelho psíquico é representado pela metáfora da ameba, que amplia e recolhe seus pseudópodos à medida que investe no ambiente (objeto) ou se retrai (eu). Em “Além do princípio de prazer”, Freud (1920/1976) faz referência a este mesmo mecanismo, lembrando que “o eu é o verdadeiro e original reservatório da libido, sendo apenas desse reservatório que ela se estende para os objetos” (p. 71-2). Neste texto, porém, utiliza o termo *tentáculos* (p. 43) em vez de *pseudópodos* – substituição que não parece ter grande relevância –, e reflete sobre a oscilação do investimento entre o eu e objeto, no caso da pulsão de morte. Nesse sentido, afirma que o sadismo consiste, então, em “um exemplo de pulsão de morte, embora se trate, na verdade, de uma pulsão deslocada” (p. 74). Mais adiante reitera que “o masoquismo, a pulsão componente complementar ao sadismo, deve ser encarada como um sadismo que se voltou para o próprio eu do sujeito” (p. 75).

É com base nessa dinâmica que podemos compreender melhor a correlação entre dois termos implícitos a nossa questão central, a saber: o movimento da pulsão de morte no âmbito da dinâmica psíquica e sua expressão no âmbito das manifestações coletivas de violência. Assim, deduz-se que, diante da complexidade exigida por uma reflexão psicanalítica acerca da guerra, seria frutífero refletir sobre a natureza desta pulsão capaz de motivar o homem a guerrear. Isto nos obriga a retornar a “Além do princípio de prazer”, em que Freud apresenta formalmente suas observações e conclusões a respeito dela.

TRAUMA, NEUROSES DE GUERRA E COMPULSÃO À REPETIÇÃO

Escrito em rascunho logo após o término da Primeira Grande Guerra, para ser publicado no ano seguinte, é coerente que, “Além do princípio de prazer”, inclua considerações sobre patologias que, de alguma forma, associam o trauma e a violência psíquica à experiência da guerra.

Ao discorrer sobre a neurose traumática, Freud (1920/1976) comenta que “a terrível guerra que há pouco findou deu origem a um grande número de doenças deste tipo”, cujo quadro sintomático “aproxima-se do da histeria pela abundância de sintomas motores semelhantes”, porém

ultrapassa-o em seus sinais fortemente acentuados de indisposição subjetiva (no que se assemelha à hipocondria ou melancolia), bem como nas provas que fornece de debilitamento e de perturbação muito mais abrangentes e gerais das capacidades mentais (p. 23).

Ao descrever a neurose traumática, destaca duas de suas características fundamentais: “primeira, que o ônus principal de sua causação parece repousar sobre o fator da surpresa, do susto, e, segunda, que um ferimento ou dano infligidos simultaneamente operam, via de regra, contra o desenvolvimento de uma neurose” (p. 23). Essa última característica chama a atenção: tudo ocorre como se a violência infligida diretamente ao corpo, no momento potencialmente traumático, poupasse o sujeito dos efeitos de uma violência psíquica; ou seja, o golpe, o trauma que atinge o corpo, assume o lugar virtualmente ocupado pelo trauma psíquico.

Nesse ponto, uma vez que se coloca em questão a relação entre a angústia e o trauma, convém mencionarmos o texto “Inibição, sintoma e angústia”, de 1926, em que uma importante distinção é realizada a partir de uma reformulação da teoria freudiana da angústia. Trata-se da distinção entre a angústia automática e a angústia sinal. A primeira define a reação do sujeito submetido a uma situação traumática, ou seja, a um afluxo de excitações que ele não consegue dominar. Este afluxo pode ter origem interna ou externa, mas de um modo ou de outro, impele o sujeito a esta modalidade de resposta automática. O segundo tipo de angústia, ao contrário, é aquele que funciona como um sinal – ele sinaliza para o sujeito a existência de um perigo exterior que constitui uma ameaça real. É importante notar que, neste último caso, a ameaça real se define como

ameaça externa - portanto, não pulsional; logo, torna-se claro que o trauma estaria ligado, antes, à angústia automática, uma vez que o automatismo desta angústia evidencia que o afluxo de excitações incontroláveis não pôde ser dominado pelo aparelho psíquico. Em suma, a angústia se relaciona à tentativa de dominar o que não foi dominado, imersa na cadeia automática da compulsão à repetição.

Adentrando o campo da compulsão à repetição, Freud se debruça sobre os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas, instigado pelo fato de estes repetidamente trazerem o paciente de volta à situação traumática não dominada, a situação de seu acidente, situação da qual acorda com outro susto. Além do papel preponderante dos sonhos na investigação psicanalítica, esse fenômeno permite um questionamento quanto à função onírica de realização de desejo, enquanto obediente ao princípio de prazer – conforme suposta por Freud (1900/1974) décadas antes, desde a “Interpretação de sonhos”.

Esse é o primeiro fenômeno analisado por Freud (1920/1976) em sua abordagem daquilo que há para além do princípio de prazer, ao lado de outros fenômenos - não necessariamente destrutivos - como a repetição encenada no brincar das crianças e a repetição na transferência. Conclui o estudioso que, entre todos estes, os sonhos traumáticos são “o exemplo menos dúbio da força motivadora que conduz à compulsão à repetição” (p. 37), possivelmente por evidenciar seu caráter demoníaco.

Ainda buscando compreendê-la, Freud associa a neurose traumática a uma ruptura no escudo protetor de que dispõe o aparelho psíquico. Neste processo, o elemento do susto se presentifica pela ausência de qualquer preparação por meio da angústia e da hipercatexia do aparelho, que seriam “a última linha de defesa do escudo contra estímulos” (p. 47).

Por conseguinte, não é em obediência ao princípio de prazer, alucinando a realização de desejos, que os sonhos traumáticos se repetem. Freud supõe que, neste contexto, os sonhos estariam a serviço de outra tarefa, anterior ao estabelecimento da dominância do princípio de prazer, tarefa que, conforme indicado acima, seria um esforço por “dominar retrospectivamente o estímulo, devolvendo a angústia cuja omissão constituiu a causa da neurose traumática”. Neste sentido - prossegue Freud - os sonhos traumáticos permitem a visão de uma importante função do aparelho psíquico, “visão que, embora não contradiga o princípio de prazer, é sem embargo independente dele, parecendo ser mais primitiva do que o intuito de obter prazer e evitar desprazer” (p. 48).

Para Freud, esse tipo de atividade primitiva do aparelho psíquico, bem ilustrado pela incessante repetição com que retornam os sonhos traumáticos, parece obedecer justamente a uma compulsão à repetição, a qual, segundo Maia (2003), “deixa de ser pensada por referência, exclusiva, à repetição sintomática neurótica e passa a compor o circuito pulsional” (p. 177). Em outras palavras, a partir de 1920, a compulsão a repetir não é mais compreendida apenas atrelada a um retorno do recalado, como fora apontado anteriormente em “Recordar, repetir e elaborar”. Nesse segundo momento, Freud passa a entender a “compulsão à repetição como uma tendência do pulsional que se dá para além do princípio econômico regulador do aparato psíquico – o princípio de prazer” (p. 180).

Essa distinção se torna necessária, já que a figura da *compulsão* se faz presente de diversas formas ao longo do percurso freudiano, como observa Assoun (1994). Num primeiro tempo, ela é compreendida como “fato” psicopatológico revestido pelos processos inconscientes – num sistema conceitual precoce, anterior à publicação da “Interpretação de sonhos”. Num segundo tempo, passa a ser reconhecida como uma verdadeira *práxis compulsiva*, reveladora de uma dinâmica do recalque e da culpa – expressão que se faz exemplar em “Notas sobre um caso de neurose obsessiva”, de 1909, acerca do Homem dos Ratos. Finalmente, num terceiro tempo, constitui “uma estrutura que reinterroga os próprios postulados da teoria do inconsciente”, a partir da reformulação imposta pelas considerações publicadas em “Além do princípio de prazer” (p. 336).

É imprescindível frisar que a sucessão desses três tempos não constitui uma evolução linear, em que um estágio supere e invalide o anterior. Trata-se de uma distinção que nos é útil apenas no sentido de acompanhar as diferentes abordagens freudianas da figura da compulsão, considerando as especificidades de cada uma enquanto atreladas ao respectivo estágio em que se encontrava então a teorização psicanalítica.

Para a presente discussão, cabe nos atermos à passagem do segundo para o terceiro tempo.

No contexto da neurose obsessiva, destaca-se o papel do cerimonial por onde se manifesta o traço compulsivo. O indivíduo se vê sujeito a pequenas tarefas, limitações ou ordenações, sem que se possa atribuir significação a elas – do ponto de vista do próprio indivíduo e, principalmente, do observador externo. Nesse quadro, “qualquer desvio do cerimonial é punido por uma angústia insuportável, que exige a repetição daquilo que foi negligenciado” (Assoun, 1994, p. 341). Trata-se de um imperativo –

dever fazer – que assume o lugar de um interdito – *não poder fazer* –, numa dinâmica em que o sujeito “se comporta como se estivesse sob a dominação de uma *consciência de culpa*, da qual, entretanto, ele nada sabe; de uma consciência de culpa inconsciente, portanto” (p. 342).

Nessa dinâmica, que implica a concepção de uma causalidade psíquica, entra em jogo a dívida impagável do sujeito para com o pai, expressa no interdito que retorna sob forma de imperativo, e a ação de um eu gigante, impiedoso (na sua tarefa de defesa contra a tentação) e paradoxal: “por um lado, ele trabalha pela lei, promulgando o interdito e vigiando sua aplicação; por outro lado, ele comanda a sua autotransgressão” (p. 354). Destaca-se também, na mesma dinâmica, o caráter de fixação a uma cena passada, presentificada em ato através da repetição, e a temporalidade na qual esta cena se reatualiza, numa espécie de presente eternizado da cena traumática.

Ampliando essa questão, Assoun infere que “a espécie humana organiza toda a sua relação com a culpa através desta ‘censura compulsiva’, que comemora o ‘assassinato do pai’”, e, por extensão, “o conjunto das ‘instituições’ que daí derivam – sob o nome de ‘cultura’ (*Kultur*) – nasce desta compulsão coletiva”. Tal inferência se justifica pela referência do cerimonial compulsivo a uma lógica totemista, “que visa simultaneamente à repetição da transgressão e à reconciliação com o pai” (p. 354).

Diante disto, já podemos estabelecer uma associação entre o caráter violento com que o ato compulsivo se impõe ao sujeito e as primeiras digressões de Freud ao tentar responder a Einstein sobre o porquê da guerra. Quando confere à lei (ou ao direito) o estatuto de violência legitimada, observando que qualquer indivíduo que se oponha a ela deverá ser punido, refere-se à mesma lógica totêmica que lhe permite constatar a violência resultante do assassinato do pai tirânico da horda primeva (Freud, 1913/1974).

Não obstante, o próprio Freud (1932/1974) demonstra que a identificação dessa violência de fundamento totêmico não esgota a questão introduzida por Einstein. Para avançar em seu desenvolvimento do assunto, julga necessária a referência a um segundo modelo, que compreende a violência psíquica como irrepresentável e articulada ao traumático, o qual se confunde com a ideia de um excesso pulsional. Tal modelo tem base no reconhecimento do caráter demoníaco da repetição compulsiva.

Já em 1919, na publicação de “O estranho”, este caráter demoníaco é associado por Freud à compulsão à repetição. Embora não faça alusão à pulsão de morte, a não ser em uma pequena nota de rodapé, o

ensaio prenuncia a divulgação do conceito, no ano seguinte. Essa trajetória não nos deixa esquecer que certa *inquietante estranheza* consiste numa marca sombria essencial à compulsão à repetição, cujo caráter demoníaco reproblematisa a noção de forma decisiva.

É na radicalidade da repetição compulsiva que se opera a pulsão de morte, neste terceiro tempo, no qual se inaugura uma compreensão estrutural da compulsividade. Aqui, a questão “não mais se resume a fenômenos compulsivos patológicos (estritamente) ou localizados, mas [trata] daquilo que podemos nomear como o *ser da repetição* ou a ‘*compulsividade*’ da própria pulsão” (Assoun, 1994, p. 347). Dito isto de outra maneira, haveria no próprio “ser pulsional” algo que insiste em repetir, independentemente de um destino de prazer ou desprazer. É neste tempo que se tem acesso, através da compulsão “pura”, a alguma coisa mais originária, mais elementar, mais pulsional do que aquilo que resulta do princípio de prazer. Neste sentido, o movimento da pulsão de morte pode ser entendido como expressão da natureza mais íntima da pulsão, uma vez que a própria base da pulsão é compulsiva.

Assim, após retomarmos diferentes considerações sobre a compulsão no decorrer do percurso freudiano, notamos que as neuroses traumáticas (em particular, as neuroses de guerra) foram úteis à elucidação de processos gerais da vida psíquica relativos ao próprio funcionamento pulsional do sujeito. Por outro lado, as reações traumáticas à guerra também podem dar pistas sobre mecanismos patológicos dos quais muitas vezes o sujeito se vê obrigado a lançar mão, para defender-se do trauma.

Neste ponto, cabe trazermos algumas conclusões de Claude Barrois (1988) a partir da clínica com soldados combatentes em guerras, muitos dos quais criam defesas caracterizadas por dois elementos essenciais: a *negação* e a *clivagem* – conceitos que serão abordados seguir.

AS MARCAS DA GUERRA

Numa situação de guerra, a confiança num eu ideal todo-poderoso e num ideal do eu bem-estabelecido por uma profunda motivação, é essencial para a coesão do grupo e para a identificação grupal; porém tal coesão e identificação estão sempre suscetíveis a um brusco desmoronamento, em decorrência da morte de um chefe ou de um companheiro, por exemplo (Freud, 1921/1976).

Destarte permanece inconsistente a resposta à seguinte pergunta: *por que* os homens se dispõem a

matar ou sacrificar suas vidas? – uma pergunta complexa que, segundo Barrois (1988), os soldados se colocam até mesmo durante as guerras mais “sagradas”. Daí a necessidade de uma atitude de confiança desenvolvida por eles, em geral encorajados por uma fantasia de invulnerabilidade. Não obstante, o perigo extremo da morte iminente não permite que esta atitude se mantenha – exceto nos casos de identificações fanáticas, culturais ou patológicas.

Diante desse impasse, Barrois (1988) aponta três soluções concebíveis para o sujeito, apesar de patológicas. A primeira se desdobra numa sintomatologia depressiva grave, com uma possível reação suicida; a segunda, numa alternância entre depressão e ilusão narcísica de domínio; e a terceira, nos mecanismos de clivagem e negação. Neste último quadro, a partir de uma estratégia defensiva de negação do insuportável da guerra, opera-se uma clivagem entre um eu entregue aos automatismos cotidianos e um eu desejante que se encontra obnubilado. Como explica Barrois,

O sujeito aceita o fato de *já estar morto* e torna-se um *morto-vivo*, reduzido apenas aos automatismos da autoconservação, da alimentação e dos gestos cotidianos. Na guerra, é o combatente perfeitamente competente, profissionalizado, mas cujo desejo e qualquer afetividade são expulsos. Produz-se então uma clivagem (...), cujo desenvolvimento é problemático: uma vez passado o perigo, será o sujeito capaz de reencontrar seu duplo vivo e desejante? (p. 209-210).

Para o autor, a reunificação desses dois polos clivados, quando possível, é sempre longa e dolorosa, e a ela sempre subsiste uma marca, “o que explica em parte que estes pacientes saibam que sua personalidade mudou inteiramente, e que *eles não serão, nunca mais, como antes*” (p. 210).

A dificuldade de fugir a esse sombrio desfecho, nos casos em que a clivagem se apresenta ao sujeito enquanto modalidade radical de defesa ante o trauma, contrapõe-se à alternativa sustentada por Marisa Maia (2003) ao admitir a possibilidade de uma perlaboração do trauma, pela repetição do susto que retorna nos sonhos traumáticos. De acordo com a perspectiva otimista da autora, esses sonhos têm a função de ativar a angústia e, desse modo, “possibilitar ao sujeito uma chance de refazer aquilo que não aconteceu no momento traumático – evitar o fator surpresa e possibilitar que o psiquismo se prepare para o choque”. Assim, “através da angústia, vivida sob forma de pesadelo de repetição, o sujeito pode

‘amansar’ as forças traumáticas”, uma vez que seus sonhos, assim como o brincar de uma criança, são capazes de circunscrever o afeto de terror a um conjunto de imagens, que se repete. Ainda conforme Maia (2003), “circunscrever a dor psíquica provocada pelo afeto de terror oriundo das impressões traumáticas patógenas em um espaço de sonho, pode favorecer o processo de perlaboração da experiência traumática”. Justificando esta assertiva, a autora argumenta que

o processo de ligação se encontra em curso quando o afeto de terror se associa a imagens, promovendo, assim, uma passagem de algo que é pura vivência de intensidades afetivas para uma produção imagética capaz de propiciar uma abertura para os processos fantasmáticos (p. 201).

Em seguida Maia (2003) faz referência a Sándor Ferenczi, que também se dedicou a estudar os efeitos traumáticos da guerra, a partir de sua prática clínica junto a soldados sobreviventes. Para Ferenczi - indica a autora - os sonhos de angústia desses pacientes “atendem, basicamente, a um processo normal e espontâneo que visa à cura” (p. 202).

Partindo-se desse pressuposto, é plausível supor que, em seu próprio movimento, a compulsão à repetição pode trazer em si mesma uma oportunidade, ainda que remota, de abertura para algum trabalho psíquico.

Mas e quanto às guerras?

Se ousarmos uma interpretação mais ampla da carta de Freud a Einstein, que admite a pulsão de morte como inerente ao ser humano, não seria absurdo considerarmos que a eclosão de uma guerra, de tempos em tempos, é análoga ao retorno de um mesmo que se presentifica na compulsão à repetição - uma compulsão - suporíamos - de toda a humanidade, desde seus tempos mais remotos. Adotando-se a perspectiva freudiana que aproxima a filogênese da ontogênese, seria possível concluir que os motivos declarados de uma guerra - históricos, sociais, políticos e/ou econômicos - atuam como pretextos para que esta repetição volte à tona com toda a sua compulsividade, destrutividade, violência e, particularmente, com seu caráter demoníaco.

Diante dessa perspectiva, seria mais pertinente reformular a indagação de Einstein “como livrar a humanidade da maldição da guerra?” para nos perguntarmos se é ou não possível que uma oportunidade de abertura se apresente à humanidade no próprio movimento de sua compulsão à repetição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de termos aqui enfatizado as pontuações de Freud calcadas no modelo da segunda teoria pulsional, enunciado em 1920, cabe retomarmos, nessa reta final de nossas considerações, uma frase que consta na introdução de suas “Reflexões para os tempos de guerra e de morte”, ainda em 1915: “Pode-se perceber a necessidade biológica e psicológica do sofrimento na economia da vida humana e, contudo, condenar a guerra, tanto em seus meios quanto em seus fins, e ansiar pela cessação de todas as guerras” (Freud, 1915/1974, p. 311-2).

Essa afirmação, de certa maneira, torna menos ingênua, aos nossos olhos, a esperança de Einstein de que o conhecimento psicanalítico acerca dos motivos da guerra poderia ajudar a humanidade a evitá-la.

Em sua resposta ao físico, embora enfatize o poder com que se impõe a pulsão de morte à atividade psíquica, Freud (1932/1974) tenta destrinchar essa postura esperançosa à luz da própria psicanálise, afirmando que “somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos” (p. 141). Para explicá-lo, justifica o pacifismo fazendo referência a duas características psicológicas da civilização: “o fortalecimento do intelecto, que está começando a governar a vida pulsional, e a internalização dos impulsos agressivos com todas as suas consequentes vantagens e perigos”. Como resultado do processo civilizatório, não podemos evitar nossa oposição e nosso repúdio à guerra. “Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional; nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra, digamos, uma idiosincrasia exacerbada no mais alto grau” (p. 142).

Em acordo com este raciocínio, que insere a repulsa à guerra num contexto de “domesticação” da tendência humana a guerrear, Jean Laplanche, em entrevista a Marta Rezende Cardoso (2004), ilustra a complexidade desta tarefa “domesticadora” ao atribuir à força pulsional de tal tendência à guerra um caráter essencialmente sexual. Laplanche considera que uma contribuição importante da psicanálise à reflexão sobre a guerra é a ideia de que “a violência é sempre sexual”, ou seja, que mesmo “os aspectos da violência que aparentemente são dessexualizados, têm sempre uma função sexual - tanto na violência individual quanto na coletiva, as guerras, os massacres, etc.” (p. 193).

Para Laplanche, este tipo de fenômeno, que oferece uma oportunidade de satisfação sádica, estrutura-se basicamente ao nível do indivíduo, “e talvez o grupo o organize, o que pode dar a impressão

de dessexualização” (p. 193). O autor cita o exemplo das guerras modernas, cada vez mais abstratas e computadorizadas, em que se torna ainda mais difícil a identificação do prazer sexual daí decorrente; e, ainda centralizando a questão da violência no âmbito do indivíduo, argumenta que “a agressividade diante do outro é uma reação à agressividade contra si mesmo, isto é, justamente a agressividade da sexualidade que não se consegue dominar” (p. 194).

Tal ideia deixa transparecer a opção pessoal de Laplanche ao reconhecer um caráter sexual mesmo no estatuto da pulsão de morte – opção não partilhada por muitos psicanalistas. Ainda assim ela nos é útil, pois remete à condição do sujeito submetido a uma força que se impõe a ele, em busca uma forma de dominação ao tentar assumir uma posição ativa diante do que foi vivenciado passivamente. Remete-nos, então, ao exemplo mais tradicional desse circuito, as brincadeiras das crianças, nas quais elas encenam, ativamente, uma experiência traumática que tenham sofrido passivamente. Voltando a “Além do princípio de prazer”, lembramos que, nesta atividade, “cada nova repetição parece fortalecer a supremacia que buscam” (Freud, 1920/1976, p. 52). Trazendo à discussão o elemento agressivo da vingança, motivador recorrente de um sem-número de guerras e outros embates violentos, Freud afirma ainda que “Quando a criança passa da passividade da experiência para a atividade do jogo, transfere a experiência desagradável para um de seus companheiros de brincadeira e, dessa maneira, vingase num substituto” (p. 29).

Não seria lógico supor que a passagem ao ato, no exercício da violência, obedece a um mecanismo análogo? O sujeito sofre passivamente uma experiência violenta e precisa atuar – pôr o corpo em movimento – para assumir uma posição ativa, direcionando a violência ao outro e assim vingando-se num substituto.

Radicalizando este ponto de vista, concluiríamos que o ser humano parece, pelo menos a princípio, estar condenado a repetir o fenômeno das guerras. A não ser, como aponta Laplanche, que encontre meios de sublimar suas pulsões sádicas. Por conseguinte, “é possível pensar que o ser humano está talvez condenado a sublimar essa pulsão de morte” (Cardoso, 2004, p. 196-7).

É possível que o pacifismo expresse, exatamente, uma sublimação bem-sucedida desse tipo de pulsão. Ainda assim, enquanto psicanalistas, não podemos deixar de supor que a pulsão de morte – inclusive em suas manifestações mais cruéis – permaneça atuante até mesmo no psiquismo dos homens mais

“civilizados”. Aliás, é essa a diferença central entre o discurso psicanalítico e os discursos pacifistas a respeito da guerra. Estes últimos, em sua maioria, parecem sustentar o pressuposto – herdeiro de uma tradição filosófica moderna, encarnada por pensadores como Jean-Jacques Rousseau – de que o homem é bondoso por natureza, sendo corrompido e maculado apenas pela ação da sociedade. Para a psicanálise, ao contrário, há que se considerar a existência de uma força violenta constituinte de qualquer ser humano, desde sua mais tenra infância, cuja oportunidade de satisfação poderá estar esperando por ele numa simples brincadeira de crianças ou no mais sangrento e repugnante campo de batalha.

REFERÊNCIAS

- Assoun, P.-L. (1994). La passion de répétition. Genèse et figures de la compulsion dans la métapsychologie freudienne. *Revue Française de Psychanalyse*. Paris: PUF.
- Barrois, C. (1988). Psychanalyse et traumatisme psychique. *Les névroses traumatiques*. Paris: Dunod. 197-213.
- Cardoso, M. R. (2004). Entrevista com Jean Laplanche. *Limites*. São Paulo: Escuta. 193-107.
- Freud, S. (1974). *Interpretação de sonhos*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. IV-V). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900).
- Freud, S. (1974). *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1974). *Notas sobre um caso de neurose obsessiva*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. X). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909).
- Freud, S. (1974). *Totem e tabu*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1974). *Recordar, repetir e elaborar*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1974). *Sobre o narcisismo: Uma introdução*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1974). *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1974). *O estranho*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1919).
- Freud, S. (1976). *Além do princípio de prazer*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas

- (Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1976). *Psicologia das massas e análise do eu*. (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1974). *Por que a guerra?* (J. Salomão, Trad.), edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1932).
- Gay, P. (1989). *Freud: Uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Maia, M. S. (2003). *Extremos da alma: Dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Recebido em 11/09/2009*
Aceito em 18/11/2009

Endereço para correspondência: Fernanda Hamann de Oliveira. Rua Visconde de Silva, 102 / 503, CEP 22271-044, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. *E-mail:* fehamann@hotmail.com.